

**VIVÊNCIAS, ASPECTOS HISTÓRICOS E REPERCUSSÕES DO PROJETO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO DE PRESIDENTE KENNEDY – CONCÓRDIA-SC**  
**EXPERIENCES, HISTORICAL ASPECTS AND REPERCUSSIONS OF THE PRESIDENTE KENNEDY DISTRICT ENVIRONMENT PROJECT – CONCÓRDIA-SC**

Jairo Marchesan<sup>1</sup>  
Maria Cristina Pansera de Araújo<sup>2</sup>  
Letícia Paludo Vargas<sup>3</sup>  
Sandro Luiz Bazzanella<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este artigo objetiva analisar as vivências, avanços e limites do “Projeto Meio Ambiente” (1986-1996), no Distrito de Presidente Kennedy, Concórdia-SC. O Projeto previa a recuperação do rio Lajeado do Pinto, com práticas de preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das pessoas. A iniciativa partiu de algumas lideranças articuladas com a Escola local, Escola de Educação Fundamental Freya Hoffmann Wettengel, com o apoio da comunidade, da Secretaria Municipal de Agricultura de Concórdia, Instituições Públicas de Pesquisa e Extensão Rural e de algumas empresas agroindustriais. O projeto pode ser considerado um marco histórico da questão ambiental no âmbito do território dos municípios do Alto Uruguai Catarinense. A análise reflexiva desta experiência ambiental pauta-se no convívio e atuação no Projeto, bem como, visitas *in loco*, conversas informais com pessoas que viviam na comunidade, consultas em matérias jornalísticas da época, em diálogo com a literatura.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Impactos ambientais. Sustentabilidade.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the experiences, advances and limits of the "Environment Project" (1986-1996), in the Presidente Kennedy District, Concórdia-SC. The Project provided for the recovery of the Lajeado do Pinto River, with environmental preservation practices and improvement of people's quality of life. The initiative came from some leaders articulated with the local school, Freya Hoffmann Wettengel School of Fundamental Education, with the support of the community, the Municipal Agriculture Department of Concórdia, Public Institutions for Research and Rural Extension and some agro-industrial companies. The project can be considered a historic landmark of the environmental issue within the territory of the municipalities of Alto Uruguai Catarinense. The reflective analysis of this environmental experience is based on living and acting in the Project, as well as on-site visits, informal conversations with people who lived in the community, consultations in journalistic materials of the time, in dialogue with the literature.

**Keywords:** Environmental education. Environmental impacts. Sustainability.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia (UFSC). Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) – Campus Canoinhas-SC. E-mail: [jairo@unc.br](mailto:jairo@unc.br)

<sup>2</sup> Maria Cristina Pansera de Araújo Doutora em Genética e Biologia Molecular (UFRGS). Docente do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI); E-mail: [pansera@unijui.edu.br](mailto:pansera@unijui.edu.br)

<sup>3</sup> Doutora em Extensão Rural (UFSM). Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: [lpvargas@unifesspa.edu.br](mailto:lpvargas@unifesspa.edu.br)

<sup>4</sup> Doutor em Ciências Humanas (UFSC). Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) – Campus Canoinhas-SC. E-mail: [sandro@unc.br](mailto:sandro@unc.br)

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar a experiência do projeto Meio Ambiente, realizado entre os anos de 1986 a 1996 no Distrito de Presidente Kennedy, Concórdia, Santa Catarina, e elucidar as possíveis contribuições ambientais locais e regionais desse programa durante o período de vigência. Na mesma direção, objetiva-se reconhecer e compreender os limites e as contradições da operacionalidade do projeto no contexto de sua constituição. Entende-se que a avaliação de ações e projetos é imprescindível, já que pode servir para balizar ou orientar outras intervenções, e, ainda, é oportuna e necessária, se não fundamental, na perspectiva de reconhecer, perceber e analisar os avanços e os limites de tais intervenções. De igual modo, pode servir de aprendizagem e de experiência ao desenvolvimento ou à intenção de implementação de outras ações, intervenções e/ou de projetos futuros. O Projeto Meio Ambiente constituiu-se a partir da iniciativa de algumas lideranças comunitárias articuladas com a direção e professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Freya Hoffmann Wettengel<sup>5</sup>, localizada no referido distrito. Pode-se afirmar com certo grau de assertividade que esse Projeto representou um marco histórico, político e ambiental para o município de Concórdia e de todo o território da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC)<sup>6</sup>. Metodologicamente, a análise reflexiva das vivências ambientais neste projeto está pautada no convívio e atuação nele de um dos autores, bem como em visitas *in loco*, conversas informais com pessoas que viviam e ainda vivem na comunidade, consultas em matérias jornalísticas da época e em literaturas sobre os temas abordados.

## DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

O Distrito de Presidente Kennedy possui 46 km<sup>2</sup> e está distante 13 km da sede do município de Concórdia-SC (Figura 1) e o acesso principal é pavimentado (asfaltado). Assim como o Município de Concórdia e grande parte do Oeste Catarinense, o referido

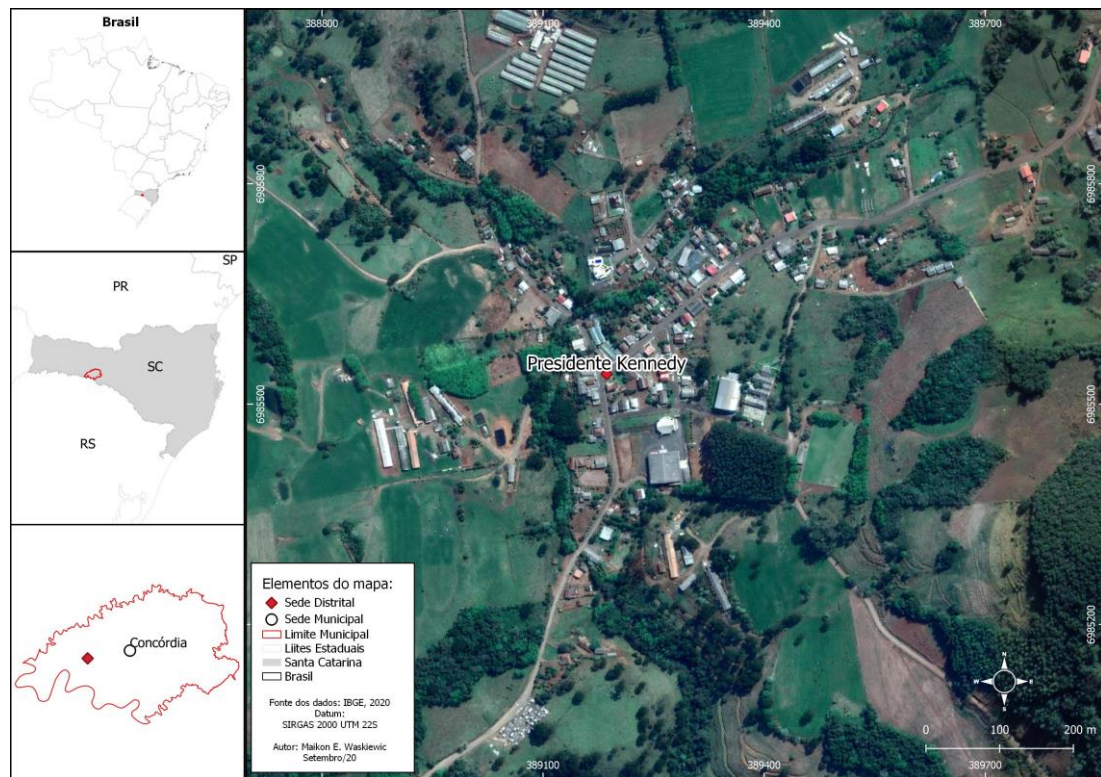
---

<sup>5</sup> A Escola Estadual de Ensino Fundamental Freya Hoffmann Wettengel possui, atualmente, cerca de 100 estudantes matriculados do 1º ao 9º ano, 18 professores e dois funcionários.

<sup>6</sup> A AMAUC é composta por 14 municípios: Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara e Xavantina.

distrito, que outrora denominava-se Cerro Agudo, depois Alto Alegre, foi colonizado a partir da década de 1920 do século passado, principalmente por descendentes de imigrantes italianos e alemães, provenientes do Estado do Rio Grande do Sul. A maioria dos colonizadores eram agricultores que compravam um lote de terra (Colônia – de aproximadamente 24 hectares) das empresas ou companhias colonizadoras. Assim, essa lógica consolidou-se ao longo do tempo e ainda se caracteriza pelo predomínio da pequena propriedade rural (minifúndios) e policultura, operada por meio do trabalho familiar. No entanto, nas últimas quatro décadas, principalmente e majoritariamente, a localidade caracteriza-se pelas atividades econômicas agropecuárias (suinocultura, avicultura, fuminicultura e bovinocultura de leite), vinculadas às agroindústrias. O nome da comunidade de Alto Alegre foi substituído por Presidente Kennedy, no dia 20 de agosto do ano de 1965, quando a Comunidade foi elevada à categoria de Distrito do município de Concórdia. Atualmente, possui cerca de 3.500 habitantes, dos quais aproximadamente 800 moram na área urbana do Distrito. Na sede do Distrito, há uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, um Posto de Saúde, um Salão ou Clube Comunitário, campo de futebol, supermercados, oficinas mecânicas, serraria, fábrica de móveis, restaurante e outras atividades comerciais e de prestação de serviços. Além disso, novas atividades econômicas emergentes na comunidade, que geram trabalho e renda aos habitantes, são a produção e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e de floricultura.

Figura 1 – Localização do Distrito de Presidente Kennedy



Fonte: Waskiewicz (2020) a partir de IBGE (2010).

## DESCRIÇÃO DO PROJETO

O Projeto Ambiental foi desenvolvido na comunidade do Distrito de Presidente Kennedy a partir do ano de 1986. Dentre os motivos para a sua implementação, podem ser citados o desconforto social e a qualidade de vida das pessoas diante dos elevados níveis de poluição do Rio Lajeado do Pinto e das ações praticadas pelos agricultores e residentes na comunidade. Dentre elas, o despejo de dejetos<sup>7</sup> animais, provenientes da suinocultura, em áreas impróprias para a agricultura, próximo ou diretamente dentro dos rios e córregos. Outro motivo era a significativa quantidade de lixo advindo ou gerado pela população da área urbana, assim como pelos agricultores, em suas atividades agrícolas e agropecuárias

<sup>7</sup> Os dejetos animais são considerados passivos ambientais. Entende-se por passivos ambientais o conjunto de consequências ambientais desarmoniosas (impactos negativos), decorrentes diretamente da implantação/operação de empreendimentos e/ou atividades econômicas que não foram mitigadas ou compensadas por tais investimentos. Na atividade da suinocultura, os passivos ambientais mais evidentes são a contaminação dos mananciais e dos solos com os resíduos e os efluentes gerados e não tratados antes de sua disposição final (MARCHESAN, 2007).



(plástico, vidro, embalagens de agrotóxicos etc.), dispersada em locais inadequados, como terrenos baldios e leito dos rios. Somado a tais situações, havia grande quantidade de moscas, mosquitos (borrachudos) e de poluição por coliformes fecais e totais das águas superficiais e das fontes, que abasteciam o consumo humano e animal. Conseqüentemente, todas essas práticas geravam desconforto sob o ponto de vista social, e principalmente ambiental, à comunidade, além de preocupações com a saúde pública.

Diante daquele contexto ambiental, um grupo de lideranças e voluntários da comunidade, mais sensíveis e dispostos a fazer algo para melhorar aquele ambiente, propôs à comunidade escolar possibilidades de ação e de educação ambiental formal e informal. Desse modo, iniciou-se amplo processo de sensibilização e mobilização social dos habitantes do distrito em prol de reverter aquele cenário ambiental. O objetivo do Projeto Meio Ambiente, desenvolvido durante o referido período, era contribuir na recuperação da degradação ambiental proveniente das atividades econômicas, especialmente da suinocultura, práticas agrícolas e domésticas, dentre outras, além de propiciar a restauração do ambiente e promover melhoria das condições e da qualidade de vida dos habitantes do local. Para Souza (2000), a degradação ambiental pode ser entendida como

[...] o solapamento da qualidade de vida de uma coletividade na esteira dos impactos negativos exercidos sobre o ambiente – que tanto pode ser o “ambiente natural” ou [os] recursos naturais quanto o ambiente construído, com seu patrimônio histórico-arquitetônico, seu valor simbólico-afetivo, etc. – por fenômenos ligados à dinâmica e à lógica do modelo civilizatório e do modo de produção capitalista (SOUZA, 2000, p. 113).

Ainda, para Souza (2000, p. 116), “[...] é necessário expandir a própria compreensão do que sejam os *problemas ambientais*”, já que eles ultrapassam o “meio ambiente físico-natural” e alcançam aquele socialmente construído. Portanto,

os problemas ambientais são todos aqueles que afetam negativamente a qualidade de vida dos indivíduos no contexto de sua interação com o espaço, seja o espaço natural (estrato natural originário, fatores geocológicos), seja, diretamente, o espaço social (SOUZA, 2000, p. 117).

Para legalizar e dar estatuto jurídico ao Projeto, em 20 de outubro de 1992, foi criado o “Clube Ecológico Defensores e Amigos do Meio Ambiente” (CEDAMA)<sup>8</sup>. De acordo com a Legislação Federal, entre suas finalidades, estavam: estimular a responsabilidade ambiental; participar das campanhas educativas; restaurar a vegetação ciliar; fiscalizar e evitar a poluição dos solos, ar e água. Na perspectiva de atingir os objetivos, várias metodologias foram implementadas pela Comissão Organizadora do Projeto<sup>9</sup>, com destaque para: reuniões de mobilização e sensibilização a alunos e comunidade sobre temas vinculados às questões ambientais, diálogos com a Promotoria Pública do Meio Ambiente; palestras com profissionais da engenharia agrônômica; e encontros de planejamento da coordenação do projeto e com a comunidade. Além disso, foram promovidas parcerias com a Prefeitura Municipal de Concórdia e agroindústrias que atuavam no Distrito, para desencadear ações que resultassem na restauração do ambiente e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Tais parcerias se caracterizaram por ações possíveis e exequíveis por parte das instituições envolvidas no processo. Cada parceiro apresentava uma proposta e desenvolvia ações em suas propriedades, as quais se revertiam em melhorias ambientais locais. Assim, a Prefeitura, por meio da Secretaria de Agricultura, disponibilizava máquinas aos agricultores e membros da comunidade para construção de esterqueiras, fossas sépticas, retirada dos dejetos das esterqueiras e distribuição nas lavouras etc. As empresas agroindustriais orientavam e exigiam dos seus integrados o manejo adequado dos dejetos animais, práticas ambientais sustentáveis e diferentes daquelas estabelecidas até então. Ademais, algumas agroindústrias forneceram tonéis de plástico (200 litros) para a colocação do lixo reciclável. Outras, por exemplo, providenciaram mudas de árvores a serem plantadas ao longo dos rios e nos espaços comunitários.

---

<sup>8</sup> Este Clube era constituído pela direção da escola, professores, estudantes e membros da comunidade. Tinha como objetivo conferir estatuto jurídico ao Projeto Meio Ambiente para que tivesse amparo legal. No entanto, com as dificuldades de operação e manutenção já descritas, veio ao fim em 2010. Ressalva-se que a organização em forma de Clube, enquanto existiu, contribuiu na execução de ações e de Educação Ambiental conforme a Lei Federal nº. 9.795 de 27.04.1999.

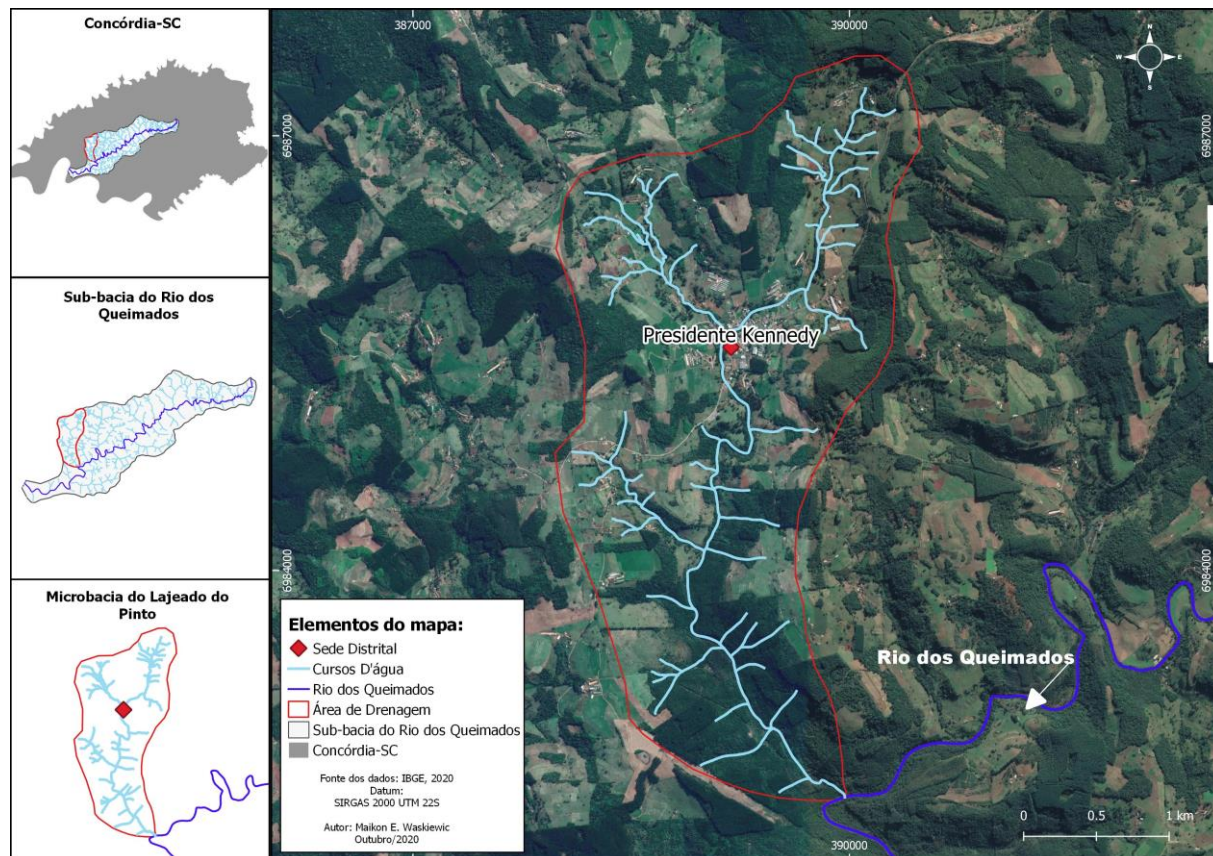
<sup>9</sup> Composta pela direção da escola, professores, estudantes e membros da comunidade e de representantes das instituições acima mencionadas.

Entre as ações realizadas no escopo do Projeto, destacaram-se: mutirões de limpeza e despoluição do rio Lajeado do Pinto<sup>10</sup>, que perpassa a sede do distrito (Figura 2) e os demais córregos; recomposição da mata ciliar; recuperação e proteção de fontes superficiais; estímulo aos agricultores a proteger o solo dos processos erosivos; instalação de lixeiras ou coletores de lixo, na área urbana do Distrito para fazer separação seletiva; implantação da coleta seletiva do lixo reciclável ou não perecível; incentivo à prática da compostagem através da utilização dos resíduos orgânicos domiciliares; construção de fossas sépticas residenciais; plantio de árvores ornamentais nas calçadas ou passeios públicos da área urbana; recuperar e proteger as fontes, nascentes ou olhos d'água superficiais; utilizar adequadamente os dejetos suínos nas lavouras, educação ambiental formal e informal; ações de incentivo aos moradores da comunidade para reconhecerem os problemas ambientais; e, a partir disso, a constituição de consciência ambiental revertidas em práticas e/ou ações de manejo adequado dos bens naturais e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade ambiental.

---

<sup>10</sup> O Rio Lajeado do Pinto é composto de três principais córregos, os quais possuem suas nascentes na própria Comunidade (Distrito) de Presidente Kennedy, perpassam a área urbana e desembocam no Rio dos Queimados, que pertence também à comunidade. Após, o Rio dos Queimados desemboca no Lago da barragem da Usina Hidrelétrica de Itá. O Rio Lajeado do Pinto, no percurso da nascente, desde o Distrito de Presidente Kennedy até a foz dos Queimados, é de aproximadamente 16,5 km. A vazão média é estimada em 200 l/s. A área da microbacia é de 10,599 km<sup>2</sup>. A área da microbacia é de 10,599 km<sup>2</sup> (LEITE; LEÃO, 2009).

Figura 2 – Localização da sede do Distrito de Presidente Kennedy, com destaque para a Microbacia do Lajeado do Pinto.



Fonte: Waskiewicz (2020) a partir de IBGE (2010).

Evidentemente, tais ações, por vezes, se deparavam com resistências dos envolvidos, tanto das agroindústrias, que atuavam na perspectiva extrativista, produtivista e apropriativista, quanto dos suinocultores, agricultores e comunidade em geral, que possuíam a necessidade de produzir, por meio da execução de práticas prejudiciais ao ambiente, como uma das condições de se manterem nas relações de mercado. Da mesma forma, esses envolvidos possuíam dificuldades de compreender o projeto; ou seja, em alguns momentos da execução do Projeto as pessoas resistiam à mudança de concepções ou práticas diferenciadas das que tradicionalmente exerciam, isso por terem dificuldades econômicas de implementar ações mais adequadas ou sustentáveis ambientalmente.



## O LOCAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL

É importante considerar que, na década de 1980, as questões ambientais repercutiam mundialmente, decorrentes principalmente dos desdobramentos dos eventos e discussões ambientais mundiais<sup>11</sup>, os quais apontavam para os emergentes e grandes problemas ambientais e a necessidade de rever as relações humanas entre si e com a natureza. Isso tudo refletia em diferentes campos, setores ou contextos nacionais e regionais. Nesta perspectiva, é importante considerar também o contexto histórico e político brasileiro da época. Afinal, na referida década, o Brasil estava em pleno processo de redemocratização política, em que movimentos políticos, econômicos, sociais e ambientais constituíam espaços de contestação e busca da preservação do ambiente e da qualidade de vida da população. A proposição de alternativas com a perspectiva da construção de relações políticas mais democráticas, harmoniosas ou sustentáveis ambientalmente, entre outras sugestões, foi discutida ao longo do tempo.

Diante disso, no contexto da abertura política brasileira, foi instaurada a Assembleia Nacional Constituinte, a qual conduziu os trabalhos legislativos que culminaram na promulgação da Constituição de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”. Esse documento contemplou, de forma inédita na trajetória política e social brasileira, temáticas relativas aos direitos políticos do Brasil, questões das minorias étnicas, raciais, da responsabilidade social e principalmente dos aspectos ambientais. Assim, destaca-se o artigo 225 da Constituição Federal, o qual diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, art. 225). Tal artigo é crucial para a

---

<sup>11</sup> No ano de 1962 houve o lançamento do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), da jornalista Rachel Carson. Tornou-se um clássico da história do movimento ambientalista mundial e desencadeou uma grande inquietação sobre a perda da qualidade de vida dos seres vivos. No ano de 1968, foi instituído por um grupo de humanistas, pedagogos, economistas, industriais, entre outros, o Clube de Roma, que advertia sobre a escassez de matérias-primas. No ano de 1972 ocorreu a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) ou Conferência de Estocolmo (Suécia), a qual gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e propugnou novos rumos na organização da Sociedade Humana e nas relações desta entre si e com a natureza. Nesta década, a ONU, por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), passou a considerar e intensificar o debate relativo às questões ambientais ao alertar para a necessidade do estabelecimento de limites para o crescimento econômico. Na mesma direção, em março de 1977, ocorreu Conferência de *Mar del Plata* (Argentina). Convocada pelas Nações Unidas, foi o primeiro encontro para discutir os problemas da água (consumo, crise e programas de gerenciamento).

compreensão das implicações, senão das inter-relações, políticas, sociais, econômicas, com as questões ambientais. Nesse sentido, Dias (2000, p. 109) assim se posiciona: “não se pode compreender uma questão ambiental sem as suas dimensões políticas, econômicas e sociais”.

Esses movimentos políticos e ambientais internacionais e nacionais da época repercutiram nas universidades, escolas, meios de comunicação, entre outros, e, por vezes, nas mais longínquas sociedades humanas mundiais. Deste modo, pode-se deduzir que a emergência dos debates socioambientais mundiais da época pode ter influenciado na consciência e em reflexões de algumas pessoas locais (Comunidade de Presidente Kennedy), que, sensibilizados, associaram seus problemas com situações ou contextos internacionais. Todavia, ao longo do tempo, o desenvolvimento do programa teve dificuldades para a continuidade de suas atividades, destacam-se dentre elas: a ação das agroindústrias que estimulavam seus integrados, agricultores (suinocultores), a elevarem sistematicamente os níveis de produtividade “a qualquer custo”, sem considerar a capacidade de suporte ambiental ou de regeneração dos bens ambientais das propriedades; a ausência ou omissão dos órgãos competentes de fiscalização; a falta de apoio e de ações efetivas da Prefeitura Municipal em relação à prestação de serviços, como, por exemplo, práticas de retirada dos dejetos das esterqueiras dos suinocultores, até então realizados pela instituição governamental do município etc. Apesar dessas dificuldades, é inegável que o Projeto tenha se apresentado como um marco político-ambiental significativo para o município de Concórdia-SC e para o território do Alto Uruguai Catarinense.

## **AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E AS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS REGIONAIS**

A Comunidade de Presidente Kennedy, assim como o município de Concórdia e grande parte do Oeste Catarinense, caracterizam-se economicamente pela produção agropecuária, principalmente suinocultura, avicultura e bovinocultura leiteira. O produtor agropecuário, quando integrado, é vinculado por meio de uma relação contratual com uma agroindústria. Portanto, integração agroindustrial é a modalidade contratual das relações de produção e comerciais estabelecidas entre as agroindústrias e grande parte dos

agricultores da região. Normalmente, as agroindústrias fornecem os insumos e a assistência técnica aos agricultores (produtores) e esses, em contrapartida, disponibilizam as instalações e os bens naturais, principalmente solo, água e mão de obra. Quando os animais (suínos e aves) atingem determinada idade ou peso, de acordo com as exigências das agroindústrias, as empresas recolhem os animais para o abate, industrialização e comercialização de produtos e subprodutos. Este sistema de integração agroindustrial foi trazido dos Estados Unidos da América (EUA), nas décadas de 1950/1960, pelo Ministério da Agricultura do Brasil, a convite do governo norte-americano via Fundação Rockefeller<sup>12</sup> (um dos maiores grupos econômicos mundiais), que organizava grupos de agropecuaristas e agroindustriais para visitar e conhecer o sistema de integração desenvolvido pelos agricultores e pecuaristas daquele país. Nessas viagens, a Sadia Concórdia<sup>13</sup>, por exemplo, enviou aos EUA engenheiros agrônomos e técnicos em agropecuária para conhecerem o sistema de produção. No seu retorno, adaptaram, reproduziram e implementaram o sistema de integração, “uma estratégia ousada de cópia e aperfeiçoamento, em Santa Catarina, do modelo agroindustrial norte-americano” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 56). Não foi apenas uma simples transposição do modelo norte-americano, mas, sim, a implementação de um plano estrategicamente pensado e articulado pelo capital norte-americano e, posteriormente, transplantado para a região sob a forma de um sistema de integração verticalizado (BELATO, 1985; ESPÍNDOLA, 1999).

No entanto, alguns aspectos e/ou fatores estabelecidos histórica e socialmente incidiram sobre as percepções e o modo de ação dos agricultores, principalmente no que concerne ao manejo dos dejetos animais no Oeste Catarinense e mais especificamente na área estudada com o desenvolvimento do referido projeto. Assim, precisam ser considerados sob a perspectiva do reconhecimento de desafios enfrentados ao desenvolvimento de práticas ambientais adequadas no meio rural. Nesse sentido, a

---

<sup>12</sup> A Fundação Rockefeller, foi criada em 1913 por John Rockefeller, um dos patriarcas da família, para “promover o bem-estar da humanidade”. Entre suas frentes de ações, destacam-se: meio ambiente; luta contra a fome; problemas demográficos; convênios com universidades; progresso cultural; saúde e outros. A Fundação estabelece relações “filantrópicas” nos EUA e no exterior, particularmente na América Latina. Tinha como um dos princípios administrar a fome humana no mundo, regulando a produção e o consumo de alimentos (MARCHESAN, 2007, p. 72).

<sup>13</sup> A Sociedade Anônima Concórdia foi uma empresa (Agroindústria) da área de alimentos, localizada na cidade de Concórdia e constituída no ano de 1944 por Attilio Francisco Xavier Fontana. Atualmente, denomina-se de BRF Alimentos.

compreensão dos problemas ambientais regionais e a busca por soluções na época podem ou precisam considerar fatores como:

1º) Cultural – de maneira geral, a sociedade humana sempre desejou afastar de si ou foi levada a “livrar-se” do lixo, da sujeira, do odor, dos excrementos humanos e animais. Desse modo, os rios, ao longo da história, foram e ainda são utilizados como “esteiras rolantes” para conduzir os dejetos humanos e animais. Quanto aos dejetos animais, até a década de 1970, não representavam maiores problemas ambientais regionais, considerando a baixa quantidade produzida, o maior volume de água nos rios e até em virtude da sua utilização nas lavouras como fertilizantes agrícolas.

Ressalva-se, também, que até a década de 1970 as orientações dos técnicos das agroindústrias eram para que os agricultores, seus integrados do processo produtivo, fizessem a construção das pocilgas próximas aos rios. Assim, os dejetos eram carreados ou lançados ao rio e “facilitavam a limpeza”. No entanto, supõem-se que as agroindústrias tinham em seus quadros funcionais engenheiros, agrônomos, advogados, técnicos e outras pessoas com conhecimentos e que, portanto, conheciam a legislação ambiental nacional e municipal, além dos aspectos culturais dos seus integrados, e, mesmo sabendo da emergência das discussões ambientais mundiais e que se refletiam na região, pouco ou nada fizeram para interferir e mudar hábitos e atitudes de seus integrados em relação ao destino dos dejetos animais. Ao que parece, também nada fizeram para propor concepções, desenvolver consciência ou uma cultura que se materializasse em ações concretas de cuidados sustentáveis ambientalmente, adequando-se à realidade daquele tempo presente.

2º) Político – a partir da década de 1980, com a emergência mundial, nacional e regional dos problemas ambientais e conseqüentemente das suas discussões, a esfera municipal foi chamada pelos agricultores e agroindústrias a participar na resolução dos problemas ambientais decorrentes da atividade da suinocultura. A contribuição da administração pública se efetivava por meio de subsídios ou horas de máquinas e equipamentos disponibilizados aos agricultores para que efetuassem o transporte e a distribuição dos dejetos animais para as suas lavouras. Com isso, se estabeleceram certas relações de paternalismo e/ou clientelismo da Prefeitura, do poder público, em relação aos



agricultores. Naquele contexto, com as políticas neoliberais<sup>14</sup> em curso, a Prefeitura municipal, ao alegar a impossibilidade de remunerar funcionários para tal fim e por extensão de gerenciar e efetuar a manutenção das máquinas para a prestação de serviços e transporte de dejetos, optou pela terceirização dos serviços. Por vezes, organizou os agricultores em associações e concedeu-lhes máquinas, tratores e distribuidores para a operacionalização da distribuição dos dejetos animais nas lavouras. Entretanto, as agroindústrias integradoras eximiram-se da resolução dos problemas com seus integrados. Assim, foi instituído o subsídio advindo do cofre público municipal para beneficiar um segmento da iniciativa privada composto por agroindústrias e produtores.

Do ponto de vista político, as ações desenvolvidas não se prestaram ao debate e à busca de um consenso entre a dimensão pública e privada que preservasse os aspectos produtivos, bem como os interesses privados dos agricultores, das agroindústrias e dos fornecedores. A natureza do debate estabelecido sobre as questões ambientais também pouco avançou ou até constituiu-se como empecilho ao desenvolvimento das atividades produtivas e econômicas.

3º) Econômico – a Prefeitura alegava elevados custos econômicos, trabalhistas e operacionais para subsidiar o transporte e a distribuição dos dejetos nas lavouras dos agricultores, além de dificuldades de operacionalizar ações em decorrência da legislação trabalhista e encargos sociais dos funcionários públicos alocados para exercerem tal atividade. Neste sentido, o custo financeiro ou econômico recaiu de forma direta sobre os agricultores e influenciou, significativamente, na ampliação dos problemas ambientais, pois esses produtores abandonaram os cuidados com o ambiente em razão das dificuldades econômicas e até impossibilidades de pagar os valores e/ou custos de transporte e distribuição dos dejetos para as lavouras. Paralelamente a isso, os agricultores foram vítimas do crescente e brutal processo de descapitalização decorrente dos baixos preços recebidos pelos produtos produzidos (suínos) praticados pelas agroindústrias (mercado) nas últimas três décadas. Esse aspecto é um dos fatores responsáveis pelo não investimento, por parte dos agricultores, em esterqueiras maiores em relação à quantidade de dejetos produzidos nas propriedades. Dessa forma, as estrumeiras que possuíam eram

---

<sup>14</sup> Entende-se por políticas neoliberais aquelas situações e ações em que o Estado se retira ou se ausenta do protagonismo social, político e econômico, ou seja, quando realiza a terceirização ou privatização de ações ou serviços que, historicamente, foram de sua responsabilidade e competência (BRUM, 2005, p. 491).

inadequadas ou desproporcionais em relação à capacidade de armazenamento e ao número de animais produzidos em suas propriedades.

Diante de tais problemas ambientais, percebeu-se que os suinocultores estavam preocupados com relação às questões ou problemas ambientais e reconheciam a necessidade de manejar adequadamente os dejetos animais. Tinham conhecimento que seus procedimentos eram inadequados ambientalmente, porém, não vislumbravam alternativas, ou não as viam como viáveis econômica e financeiramente, posto que se as implementassem não conseguiriam viabilizar a atividade produtiva devido aos custos econômicos adicionais. O sistema de produção (mercado) estava impondo uma forma de produzir que implicou em uma relação agressiva com a natureza, na qual os produtores se viam limitados e até impossibilitados de aplicar práticas ambientais não poluidoras ou com menos impacto ao meio ambiente.

4º) Espaço físico – nas últimas décadas, principalmente, devido à crescente concentração produtiva agropecuária em algumas propriedades rurais, um número de pequenos proprietários abandonaram as atividades agrícolas e também pecuárias. Assim, muitas áreas agrícolas cultivadas foram adquiridas por habitantes urbanos e/ou citadinos e foram transformadas em áreas de reflorestamento, com espécies exóticas economicamente lucrativas, como pinus (*Pinus elliottii*) e eucaliptos (*Eucalyptus*). Por conta do aumento da produção de animais, principalmente a suinocultura, concentrada em algumas propriedades rurais, começou a ocorrer falta de área agricultável nas propriedades dos suinocultores para destinar os dejetos animais. Dessa maneira, frequentemente ocorria o lançamento excessivo de dejetos animais em áreas de pastagens e agrícolas, o que causava poluição dos solos, das águas e odores fortes.

Os problemas ambientais regionais ou em outros territórios, onde predominam relações com o capital agroindustrial, são complexos e a sua responsabilidade não pode ser atribuída apenas aos agricultores e produtores, mas, acima de tudo, deve-se reconhecer que tal situação é decorrente da organização das atividades produtivas do sistema agropecuário. É preciso reconhecer que o problema é político, econômico e social na medida em que a atividade da suinocultura contribuiu com o desenvolvimento do município de Concórdia e região. Esta produção precisa articular práticas ambientais adequadas para sua continuidade e, além de iniciativas assumidas por suinocultores e pelo

poder público, é imprescindível colocar em debate o compromisso das agroindústrias para a continuidade desta matriz produtiva e econômica na região. Devido à complexidade das mudanças ocorridas nas últimas três décadas, bem como à amplitude das discussões sobre as questões ambientais, como, por exemplo, a legislação, seja do Novo Código Florestal (Lei nº. 12.651/2012), da Lei das Águas (9.433/1997) ou outras, há muita dificuldade por parte dos suinocultores para a compreensão da situação em que estão envolvidos. Apresentam-se problemas advindos de aspectos culturais e limites educacionais que se revelam na dificuldade de interpretação das informações e da legislação ambiental em vigor.

Sob tais condições, os agricultores convivem em situações extremamente desconfortáveis e conflitantes em relação às questões ambientais. Pelo impacto que sua ação produtiva promove sobre o meio ambiente, sofrem pressões do Estado, das agroindústrias, do Ministério Público e também de toda a sociedade. Para eles, porém, nem o Estado (nas esferas municipal, estadual e federal) nem as agroindústrias, e por extensão o mercado, resolvem ou contribuem para resolver tais problemas e dilemas.

Os problemas ambientais, bem como a atividade produtiva em questão, transcendem as possibilidades de que dispõem os suinocultores e apresentam-se, assim, como uma questão política, social e econômica, cuja solução e viabilidade necessita ser alcançada pelos atores privados e públicos no processo. Não se trata simplesmente de penalizar a atividade produtiva dos suinocultores e das agroindústrias, bem como não se trata unicamente de utilizar os recursos públicos para beneficiar um determinado segmento produtivo, mas de ter clareza de que soluções ambientais adequadas aos interesses privados e exigências públicas se façam presentes em função do desenvolvimento socioeconômico do município de Concórdia e, por extensão, do Estado de Santa Catarina e de outras regiões implicadas em tal processo. É preciso considerar que, a partir da década de 1990, o Estado gradativamente aderiu às políticas neoliberais internacionais em curso e eximiu-se das suas responsabilidades. Já o capital agroindustrial, por sua vez, conduzido pela lógica capitalista e sob a capa do mercado, aprofundou suas relações de produtividade, expansão e monopolização. Desse modo, é preciso destacar que o modo de produção capitalista em sua condição financeirizada global limitou as ações do Estado e possibilitou que o capital ampliasse e potencializasse

sistematicamente as relações de exploração da sociedade humana entre si e dessa com a natureza.

Afinal, o modo de produção capitalista é contraditório: ao longo de sua história prometeu e promete oportunidades, trabalho, riqueza, bem-estar, felicidade... a todos, mas, ao longo de sua atuação, apenas uma minoria (elite) beneficia-se de suas condições e promessas. De igual modo, gerou e ampliou a estratificação social, acumulação da riqueza, geração e crescente aumento no número de famintos, desproveu a maioria da população ao acesso aos bens culturais e materiais, possibilitou a privatização dos bens naturais (da terra, da água, dos minérios, ...), da saúde humana, das condições de lazer etc. Portanto, decorrentes deste modo de produção, conseqüentemente tem-se problemas políticos, econômicos, sociais e ambientais (MARCHESAN, 2020, p. 55-56).

Por isso, as relações dos sujeitos ligados ao processo produtivo agropecuário precisam ser explicadas à luz do modo de produção capitalista. Ou seja, não é possível discutir questões ou praticar ações ambientais e entender as relações da sociedade com os bens naturais sem reconhecer e compreender o funcionamento e as implicações do modo de produção capitalista em curso.

Nesta perspectiva, ao tratar do desenvolvimento socioeconômico, especialmente do contexto que o artigo aborda, é preciso compreender, de acordo com Carvalho, Provin e Valentini (2016), que o processo de modernização da suinocultura ocorreu em paralelo à modernização da agricultura, que foi acompanhada por uma economia brasileira também modernizada e situada diante das significativas transformações no contexto internacional. Na atividade produtiva da suinocultura, assim como nas demais atividades, buscavam-se práticas de aumento de produtividade por meio da melhoria das técnicas de manejo dos animais. Entretanto, como toda atividade produtiva tem ônus, com a adoção do sistema de criação intensivo, uma considerável quantidade de animais foi confinada em pequenas áreas, e, por conseguinte, o volume de dejetos aumentou consideravelmente. Isso causou extensivos e intensivos impactos ambientais na região produtora, principalmente pela aplicação de dejetos suínos de maneira direta no solo como fertilizante (SEGANFREDO; SOARES; KLEIN, 2003).



## A ESCOLA E A FUNÇÃO SOCIAL

Diante da gravidade dos problemas ambientais, que afetavam a comunidade, a Escola de Ensino Fundamental Freya Hoffmann Wettengel, através da sua direção, professores e estudantes, foi estratégica e atuou na vanguarda no sentido de mobilizar a comunidade e desenvolver ações educativas com a sociedade local na perspectiva de buscar alternativas e/ou “soluções” para resolver tais problemas. Neste âmbito, foi constituído o “Projeto Meio Ambiente de Presidente Kennedy”. Essa tentativa visava resolver ou mitigar os problemas ambientais locais e contou, de início, com a participação e o apoio da Secretaria Municipal da Agricultura, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina (Epagri), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outros órgãos públicos, além de empresas agroindustriais. Na escola, o trabalho pedagógico foi desenvolvido pelos professores de maneira interdisciplinar com os estudantes, em especial, mediante a troca de conhecimentos, informações, cartilhas, desenhos, entre outras estratégias pedagógicas educacionais, com vistas à formação de consciência de recuperação e preservação ambiental. Dentre as principais atividades pedagógicas desenvolvidas, destacaram-se: observação da realidade no local, debates, reflexões, redações, poesias, cantos, palestras, comemorações a datas alusivas, visitas e/ou saídas a campo dentre outros. Naquele contexto, a Escola contribuiu para que o Projeto se consolidasse e alcançasse notoriedade, tanto na mídia municipal (jornais, rádios – debates), quanto em programas televisivos gravados na comunidade. Prova disso são as matérias destacadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Matérias publicadas sobre o Distrito de Presidente Kennedy no período do projeto.

Local de publicação	Título	Data
O Jornal (Concórdia) – Edição 443 (Regional)	“Presidente Kennedy se une para combater a poluição” <sup>15</sup> .	14/06/1986
O Jornal (Concórdia) – Edição 467 (Geral)	“Escolas de Kennedy e Linha Alegre vencem concursos da Souza Cruz”.	18/10/1986
O Jornal (Concórdia) – Edição 486	“Presidente Kennedy, um exemplo de comunidade” <sup>16</sup> .	11/04/1987

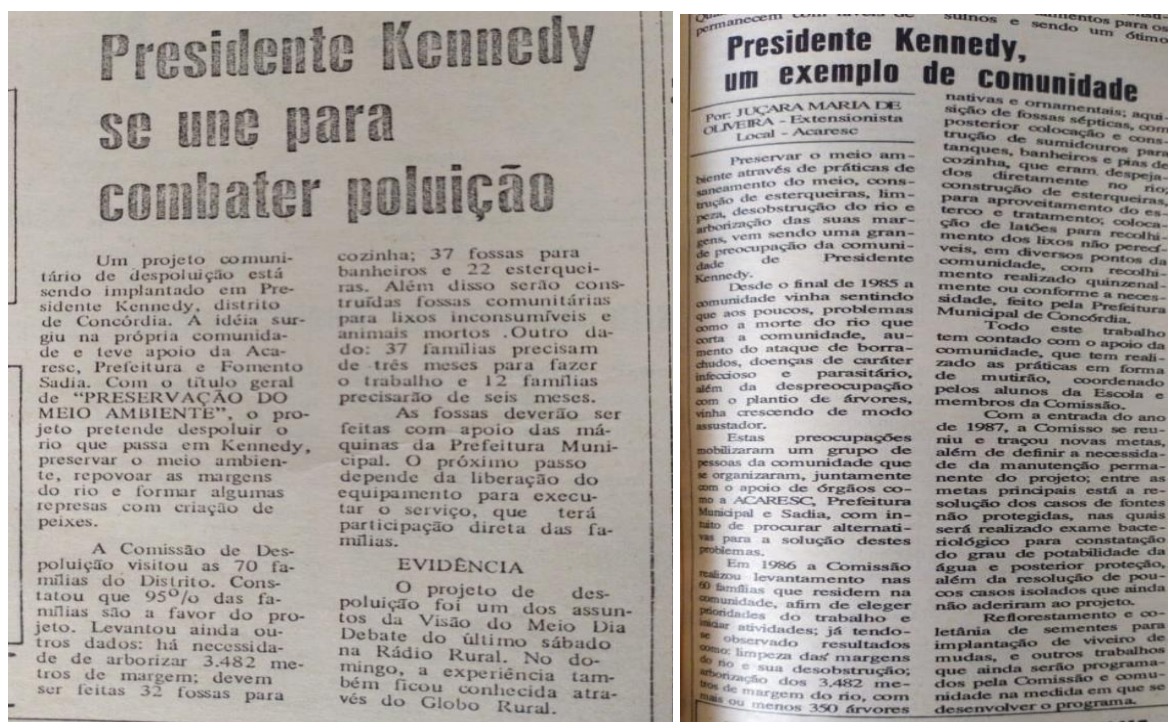
<sup>15</sup> A matéria jornalística anunciava que, no domingo anterior, a experiência da comunidade foi apresentada nacionalmente através do Programa Globo Rural da Rede Globo de Televisão.

O Jornal - Rural (Concórdia)	“Preservação do Meio Ambiente em Presidente Kennedy”.	04/06/1988
O Jornal (Concórdia)	Matéria sobre o Distrito de Presidente Kennedy, na qual a administração municipal estava sendo cobrada pelas lideranças da Comunidade para a continuidade de apoio ao Projeto Meio Ambiente.	09/07/1988

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

As matérias jornalísticas (Figura 3) atestam e evidenciam a veracidade das ações da comunidade na época, especialmente em relação ao Projeto Meio Ambiente. Embora não se tenham mais os registros das gravações dos programas televisivos lá realizados, foram produzidos documentários da experiência pelos Programas Globo Ciência, Globo Ecologia e Campo e Lavoura. Além do mais, tais reportagens e documentários televisivos retratam um pouco do movimento ambiental local e o destaque de parte da mídia regional<sup>17</sup>.

Figura 3 – Matérias publicadas nos jornais: O Jornal (Concórdia) e Jornal Rural.



Fonte: O Jornal, de Concórdia-SC (1986, 1987).

<sup>16</sup> Matéria escrita por uma extensionista da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc), atual Epagri.

<sup>17</sup> Parte dos resultados também foram publicados no capítulo: “A experiência pioneira do projeto meio ambiente no distrito de Presidente Kennedy, Concórdia” (MARCHESAN, 2011).

Tais fatos demonstram que, quando a Escola atua de forma sensível ao que ocorre em sua comunidade, age de maneira articulada socialmente e planejada em suas ações pedagógicas e pode contribuir socialmente e ambientalmente à sua comunidade. Assim, a Escola como instituição social deve estar atenta e servir como espaço permanente de vigilância aos movimentos e situações da sociedade. Por isso, constitui-se em espaço privilegiado para discutir, refletir e agir na perspectiva de constituir sempre novas consciências, gerar e propiciar a apropriação e socialização de conhecimentos e práticas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das reflexões realizadas neste artigo, o Projeto Meio Ambiente do Distrito de Presidente Kennedy necessita ser reconhecido em função de suas contribuições às propostas e projetos futuros, que podem contribuir com as questões ambientais e com a relação com a atividade produtiva rural. Evidentemente, reconhece-se que o Projeto, ao longo de sua execução, e na atualidade, contribuiu para a constituição de novas consciências, ações e/ou práticas mais adequadas e sustentáveis ambientalmente. Ainda que o programa tenha conquista avanços, é preciso reconhecer que favoreceu, significativamente, a formação da consciência ambiental nos habitantes daquela comunidade. Neste sentido, o reconhecimento da degradação ambiental em que se encontrava a localidade propiciou a politização da comunidade quanto às questões ambientais na busca de soluções para os problemas. Esse foi um dos instrumentos responsáveis para que a comunidade começasse a produzir alternativas, possibilidades e potencialidades de mudanças.

A constatação de que a comunidade continua a efetuar a separação do lixo é entendida como uma das conquistas ambientais do legado do Projeto. Além dessa prática, o plantio de centenas de mudas de árvores ao longo do rio Lajeado do Pinto e demais córregos soma-se aos avanços e conquistas auferidos. Dentre as ações que continuam sendo executadas na comunidade destacam-se a separação dos materiais recicláveis e sua coleta quinzenalmente pelo serviço público Municipal. Ainda, continuam a ser executadas: arborização urbana e das margens do Rio Lajeado do Pinto, fontes superficiais recuperadas e composteiras em funcionamento. De igual modo, algumas esterqueiras ou depósito de

dejetos suínos continuam sendo utilizadas pelos produtores rurais integrados às agroindústrias. Aliás, esta modalidade agroindustrial continua muito intensa na comunidade.

No entanto, é importante reconhecer os limites do referido Projeto. Assim, em meados dos anos 1990, as lideranças comunitárias tiveram problemas ou dificuldades para dar continuidade a ele. Dessas, muitas eram decorrentes, paradoxalmente, do apoio das agroindústrias. Isso porque, contrariamente ao apoio que ofereciam ao Projeto, incentivavam os agricultores/suínocultores a ampliar sistematicamente os níveis de produtividade agropecuária, especialmente suinícola. O discurso era de que se os suínocultores ampliassem os plantéis animais em suas propriedades os ganhos econômicos seriam maiores. No entanto, diante das extensivas produções concentradas de animais, não havia condições objetivas de preservação ambiental. E, um dos problemas foi, justamente, arranjar espaços agricultáveis para depositar as crescentes quantidades de dejetos produzidos. Além disso, constatava-se a ausência, o silêncio ou a omissão dos órgãos públicos de fiscalização ambiental. Tinha-se a impressão de que não queriam ou não desejavam se indispor com o sistema produtivo conduzido pelo capital agroindustrial. De tal modo, deixavam transparecer o consentimento com a poluição ambiental.

Sob todos esses aspectos, pode-se afirmar que a execução do Projeto contribuiu principalmente, naquele período, para o avanço de algumas melhorias ambientais locais, embora seja preciso reconhecer que ainda permanecem ações ambientais adequadas sustentáveis na comunidade, as quais podem ser consideradas como avanços em prol do ambiente e da vida das pessoas. Afinal, o Projeto recebeu notoriedade da mídia local, regional e nacional, e se constituiu como marco político-ambiental para o território do Alto Uruguai Catarinense, haja vista seu pioneirismo e o fato de não ter se limitado à reflexão teórica sobre as questões ambientais, uma vez que priorizou a intervenção prática no contexto concreto de inserção.

Frente a tais dificuldades e contradições, o Projeto não se sustentou e entrou em processo de decadência. Entende-se que sua iniciativa foi um exemplo concreto na busca de soluções aos problemas ambientais locais, através não só da “conscientização” teórica dos sujeitos sociais suínocultores e comunidade em geral, mas também de efetiva intervenção prática por meio do manejo sustentável dos dejetos animais. No entanto, com



o decorrer do tempo, a Escola e os ambientalistas também não compreendiam suficientemente a totalidade da dimensão do processo em curso, da dinâmica capitalista e por que uma iniciativa como aquela que não conseguia se firmar e nem mesmo fazer a transformação desejada daquela situação ambiental. Além do mais, em alguns momentos, conflitos e tensões entre os envolvidos foram gerados. Como já ressaltado, o Projeto evidenciou contradições e paradoxos de difícil superação entre os que desejavam a preservação ambiental, os que incentivavam a atividade produtiva (agroindústrias) e os suinocultores, que desejavam obter maiores lucros decorrentes da produção.

Após este percurso narrativo e analítico, pode-se dizer que os idealizadores do programa, provavelmente por assumirem com convicção a possibilidade de transformação daquele cenário ambiental e com pretensão idealizada em demasia, tinham dificuldade em compreender que os sujeitos (suinocultores e comunidade em geral) tendiam a se relacionarem com os bens naturais considerando-os infinitos. Neste sentido, tais sujeitos se constituíram, historicamente e socialmente, na perspectiva de utilizar os bens naturais de modo sistemático e inconsequente. Além do mais, necessitavam explorá-los de forma intensiva, como condição de sobrevivência e para se manterem integrados às relações do sistema capitalista em curso capitaneada pela lógica de mercado. Por isso, tinham dificuldade de compreensão de que o sistema produtivo de matriz capitalista impossibilitava e dificultava – algo que ocorre até os dias atuais – a constituição de consciências e práticas de manejo e preservação dos bens naturais. Fato, ademais, que nem os idealizadores do Projeto entendiam, mas apenas pressupunham como hipótese para implementá-lo.

A dificuldade para levar adiante ações de melhorias ambientais na comunidade, associada à impotência da gestão da situação, da condução do processo de educação ambiental por parte da Escola e lideranças comunitárias frente aos interesses econômicos em curso, no final da década de 1990, fez com o projeto entrasse em declínio e insustentabilidade, a ponto de nos anos posteriores ser efetuada a extinção jurídica do Clube Ecológico. O passar do tempo e o distanciamento de convivência com aquela situação permitiram constatar que as ações do Projeto tendiam a responsabilizar, muitas vezes, os agricultores/suinocultores pela “falta de conscientização” e, conseqüentemente, por serem poluidores, omissos e por não mudarem suas práticas ambientais. Porém, o que

se evidenciou é que não era somente a consequência que deveria ser entendida, mas, sobretudo, as causas e a totalidade do processo, inclusive os interesses à montante da cadeia produtiva. Havia os que incentivavam a produção a qualquer custo (as agroindústrias), isso atrelado à inoperância do sistema político e sob a leniência do sistema econômico vigente. Assim, justificava-se o porquê das empresas agroindustriais se afastaram do Projeto e da Prefeitura não mais poder cumprir com suas obrigações. Afinal, o Projeto exigia outras compreensões e ações de preservação dos recursos naturais que não eram do interesse do capital financiador da proposta produtiva em curso.

Mediante a análise dessa experiência, procurou-se mostrar que os interesses de produção, movidos pelo modo de produção capitalista, são mais fortes e preponderam de maneira teórica e prática. Assim, orientam para a maximização produtivista a qualquer custo, ainda que algumas agroindústrias se apresentem como parceiras em projetos de preservação e recuperação ambiental, impedindo que os sujeitos realizem manejo e/ou práticas de preservação dos bens naturais. Além do mais, esta análise pretendeu mostrar que as dificuldades, e, muitas vezes, impossibilidades de iniciativas como a relatada, necessitam ser divulgadas para que não se afirmem e atuem na perspectiva de frustrar outras iniciativas de educação ambiental, tanto em âmbito formal quanto informal. Por isso, a experiência obtida com o referido Projeto demonstra como a vinculação dos interesses econômicos contribuíram para o esvaziamento das iniciativas e ações ambientais na referida comunidade. Dito de outro modo, diante do sistema produtivista, da organização socioeconômica capitalista em curso, são poucas as perspectivas ambientais que se sustentam. Para tanto, há necessidade de se pensar e atuar na perspectiva da construção de uma compreensão mais ampla das relações da sociedade humana com a natureza, com os processos produtivos, com as situações socioculturais e econômicas em curso e que levem em consideração os aspectos ambientais, sociais, econômicos e antropológicos em detrimento dos interesses estritamente economicistas.

## REFERÊNCIAS

**BELATO, D.** Os camponeses integrados. 1985. 443f. Dissertação (mestrado Pós-Graduação em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1985. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278876>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso: 27 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 9.433/97. - Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei das Águas). Brasília: Diário Oficial da União (DOU), 08 de janeiro de 1997. Governo Federal, Brasília, DF, 1997. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm)> Acesso: 25 de set. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 9.975 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Política Nacional de Educação Ambiental. 27 de abril de 1999. Governo Federal, Brasília, DF, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso: 25 de set. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis ns. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis ns. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Governo Federal, Brasília, DF, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)> Acesso: 25 de set. 2020.

**BRUM**, Argemiro J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 24. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005

**CARVALHO**, M. M. X.; **PROVIN**, B. G.; **VALENTINI**, R. P. Uma leitura da modernização da suinocultura: história, agropecuária e bem-estar animal - Paraná, Brasil (1960 - 1980). Expedições. Teoria da História & Historiografia. v. 7, n. 2, p. 119-140, 2016.

**DIAS**, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 6ª. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Gaia, 2000.

**DISTRITO** de Presidente Kennedy. O Jornal. Concórdia, Santa Catarina, 09 de julho de 1988. Material impresso.

**ESCOLAS** de Kennedy e Linha Alegre vencem concursos da Souza Cruz. O Jornal. Concórdia, Santa Catarina, 18 de outubro de 1986, edição 467. Material impresso.

**ESPÍNDOLA**, C. J. C. As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

**LEITE**, M. A. S.; **LEÃO**, R. Diagnóstico e caracterização da Sub-Bacia do Rio dos Queimados. Concórdia: Consórcio Lambari e Comitê do Rio Jacutinga e Contíguos, 2009.

**MARCHESAN**, Jairo. A questão ambiental na produção agrícola: um estudo sócio-histórico-cultural no Município de Concórdia (SC). Ijuí: Unijuí, 2003.

\_\_\_\_\_. A água no contexto da suinocultura na Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos – Concórdia (SC). 2007. 315 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2007.

\_\_\_\_\_. A experiência pioneira do projeto meio ambiente no distrito de Presidente Kennedy, Concórdia. In: MIRANDA, C. R. de. Meio ambiente e sustentabilidade



no alto uruguaí catarinense: Relato de experiências. Série Documentos. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o capitalismo e a pandemia. Cadernos Zygmunt Bauman. vol. 10, num. 23, p. 46-62, 2020.

**OLIVEIRA, J. M. de.** Presidente Kennedy, um exemplo de comunidade. O Jornal. Concórdia, Santa Catarina, 11 de abril de 1987. Edição 486. Material Impresso.

**PRESERVAÇÃO** do Meio Ambiente em Presidente Kennedy. O Jornal. Concórdia, Santa Catarina, 04 de junho de 1988. Material impresso.

**PRESIDENTE** Kennedy se une para combater a poluição. O Jornal. Concórdia, Santa Catarina, 14 de novembro de 1986, edição 443. Material impresso.

**SEGANFREDO, M. A.; SOARES, I. J. S. KLEIN, C. S.** Qualidade da água de rios em regiões suinícola do município de Jaborá, SC. In.: **CONGRESSO BRASILEIRO DE VETERINÁRIOS ESPECIALISTAS EM SUÍNOS**, 11, 2003, Goiânia, GO. Anais... Goiânia: ABRAVES, 2003.

**SOUZA, Marcelo Lopes de.** O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

**WASKIEWIC, M. E.** Localização da Microbacia do Lajeado do Pinto no Distrito de Presidente Kennedy. 2020. A partir de coordenadas IBGE (2010).

\_\_\_\_\_. Localização do Distrito de Presidente Kennedy. 2020. A partir de coordenadas IBGE (2010).